

# Malan confirma US\$ 300 milhões

O Brasil já tem assegurados cerca de US\$ 300 milhões em dinheiro novo, a serem liberados pelos bancos credores internacionais. Segundo o negociador oficial da dívida, Pedro Malan, o dinheiro será usado pelo País para constituir parte do total de US\$ 4 bilhões de garantias previstas no acordo com os bancos privados, a serem acumuladas ao longo de dois anos.

Até sexta-feira passada, os bancos detentores de 88,5% da dívida haviam feito suas escolhas entre os vários tipos de bônus oferecidos pelo Governo. As opções obedeciam à orientação do Brasil, segundo a qual no máximo 40% da dívida seriam trocados por bônus ao par (título que não prevê desconto, mas tem juros tabelados) e no mínimo 35% seriam transformados em bônus de desconto (garantem redução de 35% do valor da dívida, mas têm juros flutuantes).

Segundo Malan, na sexta-feira, as escolhas feitas pelos credores re-

velavam a seguinte situação: 31,09% da dívida alocados em bônus ao par; 36,27% em bônus de desconto; 8,30% em bônus com redução inicial de juros; 18,41% deslocados para os bônus de capitalização (têm carência de 10 anos e juros prefixados) e outros 5,93% para os bônus de dinheiro novo. O negociador oficial da dívida ressaltou que os percentuais poderão mudar quando todas as opções feitas pelos bancos forem contabilizadas, mas garantiu que o quadro geral não será alterado. "Quando 88,5% já estão dentro dos parâmetros fixados pelo Governo brasileiro, é certo que o restante apresentará o mesmo comportamento", disse.

São justamente os 5,93% da dívida direcionados para os bônus de dinheiro novo (o credor empresta ao Brasil US\$ 1.00 para cada US\$ 5.50 de dívida trocada pelo bônus) que garantiram os US\$ 300 milhões. Segundo Malan, o maior credor privado internacional do Brasil,

o Citibank, optou por alocar 50% dos seus créditos em bônus de dinheiro novo e os outros 50% em bônus de redução inicial de juros.

Malan acredita que a redução da dívida original será "significativa", mas certamente não atingirá 35%, como chegou a anunciar o então ministro da Economia Márcio Marques Moreira. Tal percentual só seria alcançado se todo o estoque sob negociação fosse trocado por bônus ao par ou de desconto.

Até o dia 30 de novembro — data em que o Brasil pretende trocar efetivamente a dívida pelos bônus — o País deverá ter um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em vigor. "Esperamos fechar o acordo com o Fundo até lá", disse Malan. Na próxima semana, a equipe brasileira inicia a análise dos cerca de 800 contratos individuais com cada credor internacional, trabalho que deverá consumir todo o mês de julho e parte de agosto.